

Um museu para o século XXI: o Museu Paulista e os desafios para os novos tempos

Raquel Glezer
Museu Paulista da USP

1.Art. 1, Resolução 4.393/
97 - Regimento do Museu
Paulista, *DOE*, 14 maio
1997.

○ presente

○ MUSEU PAULISTA, criado há 110 anos, mais conhecido como Museu do Ipiranga, Museu da Independência, é desde 1988 um órgão de integração ligado à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária – PRCEU/USP, com “responsabilidades científicas, culturais e educacionais no domínio da História da Cultura Material da sociedade brasileira”¹. É formado por dois museus, em duas cidades: um em São Paulo, no bairro do Ipiranga, e outro em Itu, o Museu Republicano “Convenção de Itu”. Como qualquer outra instituição cultural de longa vida, foi sendo transformado e adaptado às circunstâncias dos momentos.

○ primeiro museu brasileiro foi o Museu Nacional, fundado em 1817. Todos os outros são criações republicanas. O localizado em São Paulo é um dos quatro mais antigos do País, e o em Itu, de 1921, antecede o Museu Histórico Nacional, datado de 1922. No conjunto, é um dos mais visitados pela população, com cerca de 300.000 visitantes/ano. Em 2003, a área total é de 8.675,18 m², em quatro prédios, nas cidades de São Paulo e Itu – espaço insuficiente para as reservas técnicas, laboratórios e demais serviços. Mais de 110 servidores formam o corpo funcional: docentes, pesquisadores, especialistas (nas bibliotecas, no serviço de objetos, no laboratório de conservação e restauro, serviço educativo, museografia), técnicos de museu, fotógrafos, servidores administrativos – grupo diminuto diante das necessidades institucionais.

No transcurso do tempo, os prédios passaram por transformações arquitetônicas, modificações internas, adaptações necessárias para os novos programas de uso, com decorações colocadas ou alteradas; o acervo foi diversas vezes dividido e remanejado; o entorno foi totalmente alterado pelo crescimento

2. Lei no. 46, de 25 de agosto de 1892.

3. Lei no. 192, de 26 de agosto de 1893.

4. Lei no. 200, de 29 de agosto de 1893.

5. Cf. Afonso de E. Taunay. *Comemoração do Cincoentenário da solene instituição do Museu Paulista no Palácio do Ipiranga*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1946.

urbano, pelas transformações nos meios de transporte e nas técnicas construtivas; as condições ambientais e climáticas se alteraram; as formas de trabalhar o acervo foram diversas vezes modificadas. Água e energia foram instaladas posteriormente; redes elétricas cada vez mais complexas foram se espalhando pelos prédios; sistemas de telefonia foram sendo colocados e substituídos por outros cada vez mais complexos; sistemas de prevenção de incêndio; sistemas de segurança contra intrusão e dano ao acervo exposto; aparelhos para controle de temperatura e umidade; e cabos da rede de informática percorrem os prédios de alto a baixo.

O passado conhecido

O prédio principal do museu localiza-se na cidade de São Paulo: o Monumento do Ipiranga foi erguido a partir de 1885 para comemorar a Independência e o Império, uma iniciativa de políticos conservadores com o beneplácito de Pedro II, com recursos provenientes de um sistema de loterias. Após anos de propostas e debates na Assembléia Provincial, foi escolhido o projeto do engenheiro-arquiteto Tommaso Gaudenzio Bezzi, que foi também superintendente da obra, realizada pelo arquiteto-empregado Luigi Pucci – um monumento arquitetônico, um palácio no formato de um E deitado, construído em uma área ainda pouco habitada, com frente para o Norte, para a área central da cidade, que era a mais povoada.

O projeto inicial foi diminuído em suas dimensões físicas pela complexa situação econômica dos anos finais do Império, e com a Proclamação da República em 1889, foi considerado concluído, sem as dimensões e o acabamento planejados.

A finalidade que deveria ter o monumento, projetado para ser um espaço comemorativo da Independência, com a tela de Pedro Américo, foi muito discutida pelos políticos republicanos paulistas. A opção foi dar finalidade científica ao espaço: já estava formado o Museu do Estado de São Paulo, que data de 1891, com o acervo do Museu Sertório, as coleções Pessanha e Ramalho e o acervo da Comissão Geográfica e Geológica. Em 1892, o governo estadual republicano declarou o Monumento do Ipiranga e suas dependências como “próprio do Estado”². O Museu Paulista foi criado em 1893, quando o presidente de Estado Bernardino de Campos definiu a função científica e cultural para o prédio – a de ser o primeiro museu público do Estado de São Paulo, recolhendo as coleções e objetos sob a guarda da Comissão Geográfica e Geológica do Estado³, com a reorganização do Museu do Estado⁴. Começou como um museu oitocentista, enciclopédico, centrado na História Natural, com alguns itens de História Nacional, e assim permaneceu por algumas décadas⁵.

A transformação em museu de história nacional e paulista teve início na gestão de Afonso de Escagnolle Taunay, entre 1917 e 1945, que o reorganizou para as comemorações do 1º Centenário da Independência, em 1922, dando acabamento ao que era ainda provisório e decorando-o internamente com quadros, retratos, esculturas e objetos históricos, tarefa desenvolvida em sua maior parte entre os anos de 1917 e 1937.

E coube a ele criar o anexo, o Museu Republicano “Convenção de Itu”, na cidade de Itu, comemorativo das atividades republicanas⁶, o qual está instalado em um sobrado de taipa, uma residência de família de fazendeiros do café, adaptado no século XX para o programa de uso como museu, na área central da cidade, ao lado da Igreja da Candelária. O programa de uso, a decoração interna, os azulejos, as unidades de acervo, os retratos dos convencionais foram decisões do diretor.

O Museu Paulista, como instituição científica foi matriz de outras: em 1925, a seção de Botânica passou ao Instituto Biológico; em 1939, a seção de Zoologia foi anexada ao Departamento de Zoologia do Estado de São Paulo, hoje Museu de Zoologia/USP; a seção de Mineralogia foi para o atual Instituto de Geociências/USP; pinturas foram transferidas para o acervo da Pinacoteca do Estado/Secretaria de Estado da Cultura/SP. Itens de acervo foram ao longo dos anos remanejados para outras instituições museológicas, também pertencentes ao governo do Estado de São Paulo, ou ligadas de algum modo a ele.

Desde os seus primeiros tempos teve a característica de ser museu com forte atuação em pesquisa científica – quer pelos quadros especializados contratados, quer pela atividade de coleta e estudo do material obtido, quer pelas publicações, como a *Revista do Museu Paulista* –, o que se manteve e acentuou com a integração à Universidade de São Paulo⁷.

Depois de 1989, com a separação dos acervos antropológicos, arqueológicos e etnográficos⁸, o seu perfil de museu de História da Cultura Material da sociedade brasileira ficou definido, seja pelo acervo, seja pela conceituação das áreas de atuação e das linhas de pesquisa – Sociedade e Cotidiano, História do Imaginário e Universo do Trabalho.

Além de ser uma instituição científica de pesquisa e produção de conhecimentos, e como tal obrigada à divulgação dos resultados obtidos, sob variadas formas e especificamente na museológica, o Museu Paulista possui uma característica própria que o torna diferenciado dos outros museus da Universidade de São Paulo e da cidade – a de ser um elemento componente do imaginário social paulista e nacional.

Um ícone nacional

Ícone: “...coisa emblemática do seu tempo, do seu grupo, de um modo de agir e pensar; imagem, retrato, imagem refletida em espelho, simulacro, fantasma, imagem de espírito, semelhança; imagem, representação mental, retrato...”⁹.

O Museu, ao longo desses cento e dez anos de existência e atuação, transformou-se de Monumento à Independência localizado na cidade de São Paulo, ou de monumento ao movimento republicano em Itu, em ícone nacional, no sentido de ser emblemático da história nacional em dois momentos de conotação política, que são marcos de identidade – Independência e República – e podemos hoje considerá-lo fonte “autorizada” dos elementos da representação visual histórica da sociedade brasileira e de sua memória histórica¹⁰.

6. Lei no. 1.856, de 29 de dezembro de 1921, inaugurado em 18 de abril de 1923.

7. Lei Estadual no.7.843, de 11.03.1963.

8. Resolução 3.560 de 1989.

9. Cf *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 1562.

10. O museu nacional no estrito senso é o Museu Histórico Nacional. Embora ele e o Museu Imperial de Petrópolis tenham acervos mais numerosos e variados, o Museu Paulista tem sido o preferido e o referencial para a solicitação de imagens com finalidade de ilustração gráfica por editoras comerciais e universitárias e por pesquisadores.

11. A produção é muito numerosa, mas na última década foram realizados os seguintes estudos: Paulo Cavalcante Oliveira Junior. *Afonso d'E. Taunay e a construção da memória bandeirante*. Rio de Janeiro, 1994. Mestrado em História/ICS/UFRJ; Maria José Elias. *Museu Paulista: memória e história*. São Paulo, 1996. Doutorado em História Social/FFLCH/USP; Ana Maria de Alencar Alves. *Um museu científico na história de São Paulo: o Museu do Ipiranga*. São Paulo, 1998. Mestrado em História Social/FFLCH/USP; Ana Cláudia Fonseca Brefe. *Um lugar de memória para a nação: o Museu Paulista reinventado por Afonso d'Escagnolle Taunay (1917-1945)*. Campinas/SP, 1999. Doutorado em História/IFCS/UNICAMP; José Costa de Oliveira Filho. *O edifício do Museu Paulista: um pouco da história do edifício-monumento de Bezzi*. São Paulo, 2000. Mestrado em História Social/FFLCH/USP; Cecília Helena de Salles Oliveira. *O espetáculo do Ypiranga: mediações entre história e memória*. São Paulo, 2000. Livre-Docência. Museu Paulista/USP; Miyoko Makino. *A construção da identidade nacional: Afonso de E. Taunay e a decoração do Museu Paulista (1917-1937)*. São Paulo, 2003. Doutorado em História Social/FFLCH/USP.

A sua documentação textual e cartográfica é parte integrante das obras da Historiografia paulista e nacional. A iconografia – aquarelas, quadros, retratos, fotografias, mapas, plantas, e também os objetos de seu acervo – esculturas, moedas, medalhas, porcelanas, vestimentas, armaria, instrumentos de trabalho, mobiliário foram transformados em memória social: são recorrentes não apenas nos livros didáticos, paradidáticos e especializados de História do Brasil, História de São Paulo e de História da Arte, mas também em álbuns, cartões postais, livros de divulgação artística e turística. As imagens impressas são veiculadas em milhares de exemplares/ano, de tal forma que para muitos dos brasileiros que estudam e têm acesso aos livros escolares, o passado materializado está nele depositado.

Os veículos de comunicação de massa também exploram a monumentalidade dos prédios e o acervo pela aparente facilidade de leitura da narrativa histórica neles construída. A divulgação pela mídia, principalmente pela televisão, atinge milhões de espectadores, que identificam suas imagens com as datas-marco da história oficial do Estado, com a memória nacional, a identidade nacional. A visitação sistemática de alunos – da pré-escola aos universitários; de turistas nacionais e estrangeiros e de vários grupos sociais delimitados por idade, condição social, necessidades especiais; e visitantes comuns, em grupos familiares, confirma o seu papel no imaginário social e sua importância cultural.

O Museu Paulista – os prédios, os acervos, as intenções de seus diretores – tem sido objeto de variados e numerosos estudos, que datam desde os anos iniciais de funcionamento e indicam as variadas leituras possíveis em cada momento histórico; da mesma maneira, e de acordo com as propostas historiográficas vigentes, itens de seu acervo têm merecido maior ou menor atenção de especialistas, de documentos textuais a iconográficos, de textos políticos a objetos de uso cotidiano¹¹.

O Museu construído se apresenta e permanece como o local de fontes documentais e de comprovação material de um passado um tanto mitificado.

Reconhece-se hoje que a própria estruturação do Museu Paulista como museu de história nacional e paulista, realizada nas décadas de 20 e 30 do século XX, teve a finalidade de transformá-lo em um espaço de representação do imaginário histórico de um determinado grupo social, o qual foi apresentado como se fosse o de toda a sociedade. Tarefa que teve pleno êxito, e que para o futuro e vitalidade da instituição é fundamental que seja lida criticamente e superada.

A construção do passado

Afonso de Escagnolle Taunay era engenheiro formado no Rio de Janeiro, que veio a São Paulo para ser professor da Escola Politécnica e se transformou em diretor de um museu de História Natural. Foi reconhecido como historiador antes de sua produção mais significativa, fato comum em algumas esferas de atuação intelectual na época (GUIMARÃES, 1999), e tornou-se um deles na prática cotidiana e especializado em história paulistana e paulista. Como autor de renome, possui produção numerosa e fortuna crítica considerável (ELLIS e HORCH, 1977; MATOS, 1977; RODRIGUES, 1958 e 1977). Coube a ele a estruturação do Museu como

um museu de história nacional e paulista, imprimindo-lhe a sua concepção de história e percepção de sociedade.

Era um descendente de família titulada, monarquista, transformado pelas contingências em um servidor do Estado na acepção weberiana, aparentemente indiferente às conjunturas políticas locais e nacionais, mas com capital social e cultural, e habilidade política suficiente para transitar entre os diversos grupos que sucessivamente disputaram e assumiram o domínio político do Estado e da República por quase trinta anos. Era um intelectual a serviço do Estado, como tantos outros na primeira metade do século XX, antecedendo a fase de formação profissional especializada (MACHADO NETO, 1973; MICELI, 1979).

A construção do ícone nacional – com a seleção documental textual, cartográfica, escultórica, arquitetônica, iconográfica e paisagística realizada através dos anos, corporificou uma narrativa historiográfica, visível aos visitantes, que pode ser lida de forma clara em alguns elementos, e que possui ainda aspectos obscuros em outros.

Uma formulação impressionista é a de que como o marco era a Independência nacional, ponto de origem e justificativa do monumento, a estruturação do acervo e da área expositiva em tudo converge para dar significação e brilho ao momento determinado – definido como um momento revelador da importância política de São Paulo. No caso de Itu, o foco é a República, o movimento republicano paulista e a Primeira República, período do predomínio político da oligarquia paulista.

O passado construído

A realização sistemática de análises historiográficas aprofundadas é fundamental para a reflexão sobre o significado da história produzida e construída, da narrativa visual, materializada, para a superação crítica dos elementos consensuais e conhecidos da valorização do passado heróico da colonização, das lutas da Independência, da construção do Estado imperial, e depois do Estado republicano como obra exclusiva de um determinado grupo social – uma memória social construída sob a óptica conservadora.

No último quartel do século XX, com as transformações do conhecimento histórico na tradição ocidental européia, ampliando as possibilidades de trabalho dos historiadores e com a introdução dos conceitos de “invenção das tradições”, “memória social” e de “representação histórica” é que análises mais críticas se tornaram possíveis.

Os estudos realizados sobre a construção de memória nacional inicialmente destacaram a relação com as necessidades pós-Revolução Francesa de relacionamento entre governantes e governados e a forma republicana de governo (NORA, 1984; CARVALHO, 1990).

Ao mesmo tempo, a “invenção da tradição” e a “representação histórica” passaram a ser reconhecidas como construção histórica e objetos possíveis de análise, para o conhecimento e compreensão da sociedade ou do grupo social e das necessidades que as originaram (HOBSBAWM e RANGER, 1984; BANN, 1994).

12. Ver *São Paulo Antigo: uma encomenda da modernidade*. Vídeo. São Paulo: Museu Paulista/USP, 1995.; Vânia C. de Carvalho e Solange Ferraz de Lima. São Paulo antigo uma encomenda da modernidade: as fotografias de Militão nas pinturas do Museu Paulista. *Anais do Museu Paulista - História e Cultura Material*, nova série, v.1, p.147-178, 1993.

Estudo recente sobre Afonso de Escragnoille Taunay destaca menos o republicanismo e mais a relação conservadora com a sociedade, a religião e o Estado (ARAUJO, 2003).

A feição conservadora de Taunay pode ser uma explicação para a relação tensa com a Universidade de São Paulo, e a inclusão do Museu entre os institutos complementares, quando de sua criação em 1934. Pode ser também uma reação compreensível de rejeição diante do novo, diante de uma proposta de um grupo político extremamente vocal e militante, dotado de poder de influência, mesmo derrotado politicamente (CARDOSO, 1982). E também pode ser de temor, em oposição a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – uma escola nova, profissionalizante com áreas que até então eram opções pessoais ou decorrências de capital social e cultural, local predileto de republicanos reformistas e jovens radicais, influenciados por professores franceses que traziam outras propostas de análise do social (CAPELATO e outros, 1994).

Sua carreira intelectual foi realizada em instituições acadêmicas tradicionais, nacionais e paulistas, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Academia Brasileira de Letras e Academia de Letras de São Paulo (FERREIRA, 2002).

Nos termos propostos em alguns estudos culturais recentes, a preocupação com a identidade nacional é quase sempre compreendida como uma proposta de sociedade homogênea, que surge de um passado mítico, elaborado por uma camada social para a sociedade, que lê o País por um passado inexistente e exclui as diferenças e peculiaridades regionais em favor de um todo homogêneo, eterno e abrangente.

A questão da identidade nacional, que até recentemente era pensada apenas como uma necessidade do Estado-Nação para criar laços de relação e dependência com a população, portanto, uma noção gerada e orientada pelos grupos políticos mais influentes, pode ser lida, em algumas situações, como uma proposta de grupos derrotados politicamente, detentores de capital social e cultural, mas marginais aos grupos políticos dominantes, que recorrem aos debates no campo cultural para manter, preservar e tentar impor suas idéias, criando espaços de ação cultural e formação de pessoal, com o objetivo de divulgar e fortalecer suas propostas, com êxito (LEBOVICS, 1994).

A atuação de Taunay, como diretor de museu que estava sendo transformado em museu histórico, pode ser identificada com a do conservadorismo do início da República, quase uma continuidade do Império. Tal posicionamento foi utilizado por muitos monarquistas que optaram pela adesão ao novo regime, forçados pelas contingências. A ação na materialização do passado nacional, via criação de quadros, retratos, esculturas e objetos “recuperados”, indica uma forma diversa de atuação do historiador, praticamente oposta à postura que aparece nas obras escritas, estas fundamentadas rigorosamente e quase literalmente apoiadas nos documentos consultados.

Na narrativa museográfica há a valorização e busca da identidade nacional, na óptica do domínio do civilizado sobre o selvagem, e na relação do colonizador português com as populações indígenas amigáveis, com a mediação da Igreja. Esta é referida como missionária para os dois grupos, e destacada em diversos momentos da construção da narrativa, quer de forma visível, quer de forma implícita, na iconografia encomendada.¹²

O passado ocultado

Taunay trabalhou com a noção de identidade nacional homogênea, resultante do sucesso da colonização portuguesa, que teve continuidade no império – noção desenvolvida e imposta pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (GUIMARÃES M. L., 1988 e 1989; GUIMARÃES L., 1999; GLÉZER, 2002).

Em sua atividade de diretor de museu, criando e materializando elementos do passado, não aparece a forte e declarada influência de Capistrano de Abreu, que em suas obras propôs a inovadora análise da colonização portuguesa no Brasil com a noção de arquipélago, ilhas isoladas, com costumes diferenciados, decorrentes do isolamento espacial e político, uma comprovação do fracasso do projeto colonizador¹³, questão que se tornou referencial para os autores mais significativos da geração de 30 e das seguintes.

A história narrada e a sociedade retratada no Museu Paulista são o que hoje denominamos de excludente e de ocultação: o passado é harmônico, desde o início da colonização, com portugueses e índios atuando em conjunto, sob a égide da Igreja; as lutas referidas – contra os holandeses e as revoltas de 1720, 1789 e 1817 são etapas para a autonomização e independência do Império. As citações das guerras de independência são pontuais, destacando heróis, o debate político e a rendição portuguesa. Em Itu, nos azulejos, brancos e índios lado a lado, na exploração do território, nas atividades econômicas, o desenvolvimento econômico no Império, a figura do segundo imperador e o movimento republicano.

Conforme o próprio historiador, no Museu Paulista atuou:

Procurando cultivar os grandes acontecimentos da vida nacional ou celebrar a memória de brasileiros ilustres tem o Museu Paulista proporcionado a seus visitantes o exame de largas exposições evocadoras desses magnos feitos e desses nossos compatriotas célebres. Princípios por fazer tais exposições em 1922 a propósito do 1º Centenário da Independência Nacional. Celebramos depois os quartos centenários do início do povoamento do Brasil, do nascimento de Anchieta, etc. Entre diversas outras comemorações realizadas ultimamente devem ser lembradas as dos cinqüentenários da Lei Áurea e da Proclamação da República, a dos centenários natalícios de Campos Salles, Prudente de Moraes, Bernardino de Campos, Diogo Antonio Feijó e, ainda há poucos meses, do Barão do Rio Branco, além de outros, homenagens nascidas de várias oportunidades como a que consagramos a Caxias¹⁴.

E no Museu Republicano “Convenção de Itu”:

Principiou muito pequenino este Museu... Mas a medida que foi crescendo a sua galeria de retratos, de moveis antigos e peças diversas cresceu também a afluência do público... [e o mesmo aconteceu] ...ao se encetar e prosseguir no serviço de azulejamento do vasto saguão do edifício, por meio de grandes painéis evocando cenas históricas locais, ou reproduzindo velhos aspectos urbanos e regionais ou, ainda, de medalhões com retratos de ituanos de prol no cenário nacional, paulista e local.¹⁵

Nenhuma das causas das transformações decorrentes de conflitos econômicos, sociais e culturais que marcaram a formação social brasileira é apresentada, embora a sociedade brasileira e a paulista tenham passado por profundas e numerosas mudanças no último quartel do século XIX, especialmente em seus anos finais e até a primeira metade do século XX. Tais mudanças não estão explicitadas ou rememoradas: quer as do mundo do trabalho, com o fim do

13. Cf Capistrano de Abreu. Três séculos depois. In: - *Capítulos de História Colonial*. 3ª.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

14. Afonso de E. Taunay. *Comemoração do Cinquentenário da solene instituição do Museu Paulista no Palácio do Ipiranga*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1946, p. 38. Transcrição sem modernização.

15. Idem, p. 39.

16. Dados demográficos estimados para 1910; dados de censo 1920 e 1940, corrigidos. Fonte: *Anuário Estatístico IBGE*. Rio de Janeiro: FIBGE, 1990.

escravismo e domínio do trabalho livre; quer o processo de urbanização, ou o de industrialização; não há transformações sociais como o surgimento das camadas médias urbanas, e nem os conflitos sociais inerentes aos processos de transformação.

Não há referência às alterações demográficas no País e na cidade, que já eram visíveis na terceira e quarta décadas do século XX. Fez a valorização do mundo colonial – nos quadros e na maquete da cidade de 1841, quando esta tinha cerca de 20.000 habitantes, antes das alterações trazidas à cidade pela expansão da lavoura cafeeira na Província.

DADOS DEMOGRÁFICOS

ANO	BRASIL	Estado São Paulo	Cidade São Paulo
1900 ¹⁶	17.984.000	2.282.279	239.820
1920	30.635.600	4.592.188	579.033
1940	41.165.280	7.180.316	1.326.261

Da mesma maneira que a criação do Museu Paulista data do início do período republicano, a cidade de São Paulo, em crescimento urbano acompanhando o crescimento demográfico, era uma cidade de construção republicana, com o processo de industrialização em pleno andamento, com mudanças na composição étnica e cultural da população – os grupos imigrantes cedendo espaço aos nacionais, tanto pelo fato de seus filhos serem brasileiros como pela crescente e ampliada chegada de migrantes.

As diversas propostas culturais, como as do Movimento da Semana de Arte Moderna de 22, e as que dele foram decorrentes – as de nacionalismo exaltado ou as de atuação cultural recuperando o nacional, parecem ter passado ao largo do Museu.

Taunay optou por omitir as rivalidades políticas dos grupos regionais; os conflitos armados – exceto dos que contribuiram para a unidade nacional; as desigualdades e diferenças sociais, étnicas e culturais, valorizando o político como instância de solução dos conflitos, selecionando alguns indivíduos como heróis destacados, estruturando uma história genealógica do processo de colonização e ocupação, com marcos cronológicos flexíveis.

Pode-se considerar sua visão de história como decorrente das dominantes no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no final do século XIX, lembrando que existiam outras, que a esta se opunham. E nas décadas iniciais do século XX diferenciadas leituras de Brasil já estavam sendo propostas e influenciando as práticas políticas.

Nas narrativas historiográficas, estruturadas visualmente e materialmente no Museu Paulista e no Museu Republicano “Convenção de Itu”, não aparecem as lutas abolicionistas, as revoltas dos escravos, as rebeliões dos índios dominados, os conflitos regionais do período imperial, os anos tormentosos e conflituosos da nascente República, as lutas entre monarquistas e republicanos, os choques sociais entre os republicanos e as populações marginalizadas pelo processo político e econômico, as disputas políticas entre os grupos que levavam à formação de dissidências e movimentos de revolta, os constantes estados de sítio. Nem sequer aparecem as transformações trazidas pela Revolução de 1930, com a proibição formal do regional.

Não estão presentes também os debates sobre a identidade nacional, tema candente desde a segunda década do século XX nas manifestações literárias, políticas e educacionais – principalmente no Estado de São Paulo, com sua numerosa população imigrante ou descendente – que deram origem a uma longa política de nacionalização (BITTENCOURT, 1990; GLEZER, 1999).

É sintomático que tendo assumido o Museu em 1917, ano da mais longa greve na cidade de São Paulo na Primeira República, com a vida urbana perturbada, com acirramento dos conflitos sociais, em um bairro industrial e operário, com forte contingente de origem imigrante, não se encontre nenhuma referência a tais eventos em sua narrativa.

Na longa gestão de Taunay como diretor, 1917 a 1945, o contexto internacional foi se alterando – de uma guerra mundial a outra, com entrada de novos atores políticos e econômicos, novos meios tecnológicos e culturais.

A história narrada no Museu Paulista é a da hierarquia, da coragem dos heróis individualizados, da construção da Nação. Foram selecionados os objetos dignos de participar da memória nacional. E os elementos visuais – esculturas, quadros, retratos, brasões foram criados sob orientação rigorosa. Como estes se tornaram as imagens da história nacional merece estudos, que certamente enriquecerão o conhecimento sobre a formação da identidade nacional.

Da criação da “tradição” e da “representação” surgiu uma história nacional conservadora materializada, que se reproduz nos milhares de livros didáticos e não-didáticos de história por todo o país.

E é muito perturbador que a definição do Museu Paulista nos anos 90 do século XX como um museu de História da Cultura Material, conceito de matriz antropológica e arqueológica – ao contrário da proposta original de seu definidor – tenha no decorrer dos anos, reforçado o aspecto conservador e elitista na narrativa expositiva e na relação com o público, reificando os documentos, usando-os de forma descontextualizada e não os apresentando como construção social, na contra-mão das discussões teóricas contemporâneas (GATHERCOL e LOWENTHAL, 2001).

○ Museu atual

É surpreendente que, em nossos dias, no início do século XXI, apesar de todas as críticas e propostas de transformação de perfil museológico do Museu Paulista – que eventualmente poderiam ter ido até a desmontagem do cenário museológico, com graves e evidentes danos à arquitetura e arte do prédio – e das novas formas de atuação propostas, como a exploração da cultura material, da iconografia, e das relações com as artes visuais, sempre *up to date* com o mundo museológico internacional, ele ainda não seja um museu para o cidadão, no qual os cidadãos brasileiros, de todos os grupos étnicos e sociais que colaboraram para a formação da sociedade brasileira possam se encontrar e reconhecer, percebendo o patrimônio cultural como seu e não “deles”, dos outros.

Centenas de visitantes, pessoas simples, sem perfil intelectual, expressam muitas vezes o desconforto que sentem – mas eles são apenas os que sustentam as instituições públicas. Não há informações sobre a contribuição das populações

índigenas, dos afro-brasileiros, dos imigrantes, dos operários, dos migrantes e dos trabalhadores em geral na formação brasileira. Diferenciações sociais, de classe, de gênero, etárias, étnicas, não estão presentes na área expositiva de forma clara.

E estando localizado em um bairro de ocupação e urbanização posterior à construção do Museu, que serve de elemento identitário aos moradores, bairro que foi industrial e operário, crescendo ao lado da estrada de ferro, com um projeto urbanístico destacado, de avenida ligando o centro da cidade ao Parque da Independência, nada nele indica tal relação; e das transformações por que passou e passa, nada a informar...

Os objetos originários das camadas mais ricas da sociedade ainda predominam no acervo e nas exposições, sem explicações, reforçando a tradicional estruturação social nacional, e a imagem de residência palaciana, casa de elite.

O museu que foi estruturado por um porta-voz da elite paulista conservadora, para moldar uma identidade nacional a partir da veiculação da atuação da elite política, identificando uma trajetória histórica da formação da nação como a única possível, e ocultando todas as outras vozes, ainda é o dominante no início do século XXI. Não há apresentação crítica do conteúdo – estrutural no espaço hoje – que é observado pelo público.

No Museu Paulista, em ambos os prédios, os atores sociais apresentados são os da elite. Da elite para a elite – pode ser um belo mote, mas é quase uma tragédia cultural para a sociedade contemporânea, que nele não encontra apoio ou explicação para o que vê, pois os critérios de seleção e arranjo nunca estão explicitados.

A linguagem historiográfica museológica é diferente da escrita, um entrecruzamento de diversas disciplinas e formas artísticas de comunicação, mas a pseudo-sofisticação não pode e não deve encobrir o sentido social da produção. Não há proposta de simulacros ou cenários falsos, mas tão somente apelo a uma reflexão crítica sobre a sociedade que existe e na qual todos – instituição e pessoas estamos inseridos; apelo a uma relação mais generosa com o público e com a sociedade da qual todos nós somos parte.

É perante a sociedade que a responsabilidade se apresenta, pois em algum momento ela questionará a preservação do patrimônio cultural; qual patrimônio se preserva; a qualidade da preservação, a imagem de sociedade que transmite, a quem representa.

Os historiadores, no futuro, analisarão o que tiver sido realizado com o instrumental de sua época, e como a relatividade do conhecimento científico é consensual, espera-se que o julgamento não seja drástico, e que as seleções feitas no contemporâneo sejam lidas generosamente.

Mas deve-se sempre ter em mente que da mesma forma que o passado construído pode ser questionado, o passado mantido sem explicação também o pode.

Um museu para o futuro: um museu para o cidadão

O Museu Paulista deve se preparar para o futuro, para o seu segundo século de existência.

As imagens dos prédios, as esculturas, as pinturas, os retratos, os objetos do acervo do Museu Paulista integram hoje a memória social nacional e não apenas dos escolarizados.

De todo o país acorrem visitantes para ver o Museu da Independência – imagem divulgada em livros, filmes, documentários de televisão, cartões postais, e também memória de pais, avós, conhecidos...

Da mesma maneira, acorrem para o Museu Republicano para ver o passado, materializado nos retratos e azulejos.

Mesmo que o Museu Paulista até nossos dias não seja o museu da cidadania, no qual todos nós possamos nos reconhecer como participantes da construção do passado nacional, ele exerce um papel preponderante no imaginário social brasileiro.

Mas o futuro o aguarda.

Quais são as propostas do Museu Paulista para os seus próximos 10 e 20 anos? Além de mais espaço, e mais pessoal, o que pretende?

Conseguirá ele preservar o patrimônio cultural recebido, dar-lhe significado e se transformar, ou será apenas mais um 'espaço de memória', sem inserção social? Um belo monumento com um acervo bonito para a divulgação.. Ou será um museu para o cidadão brasileiro, no qual ele possa se reconhecer e se integrar?

O futuro depende da opção que seus docentes escolherem: a reiteração do conservadorismo social e político ou a inserção nas questões que a sociedade brasileira se propõe.

A destruição do Museu Paulista, por ser ele elemento constitutivo do mito da identidade nacional, não se propõe. Afinal, não há situação revolucionária iconoclasta no horizonte. Mas, é necessário que decidir qual o papel social e cultural que deverá exercer na cultura nacional. Trabalhar de forma analítica e crítica esse mito pode ser uma tarefa relevante e significativa para o futuro, mas para que tal ocorra, a relação com o conhecimento histórico e historiográfico deverá ser estabelecida, e uma atuação clara e crítica deve ser determinada para afastar os riscos do conservadorismo social.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Karina Anhezini de. *Intercâmbios intelectuais e a construção de uma história*: Afonso d'Escagnolle Taunay 1911-1929. Franca/SP, 2003. Mestrado em História/FHDSS/UNESP, campus de Franca.

BANN, Stephen. *As invenções da História* – ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Civilização, pátria, trabalho*: o ensino de História nas escolas paulistas (1919-1930). São Paulo: Loyola, 1990.

CAPELATO, M.H.R.; GLEZER, R.; FERLINI, V.L.A. Escola uspiana de História. *Estudos Avançados* — 60 anos de USP: ciências básicas e humanidades; origens e linhas de pesquisa, perfis de mestres, São Paulo, v.8, n.22, p. 349-358, set./dez. 1994.

CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. *A universidade da comunhão paulista: o projeto de criação da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Cortez Ed; Ed.Associados, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas - o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ELLIS, Myriam e HORCH, Rosemarie Erika. *Afonso d'Escagnolle Taunay no Centenário de seu nascimento: 11 de julho de 1876, 20 de março de 1958*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1977.

FERREIRA, Antonio Celso. *Epopéia bandeirante - letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

GLEZER, Raquel. Os formadores da Nação e as "populações marginais". HISTÓRIA:FRONTEIRAS. ANAIS DO XX SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA - FLORIANÓPOLIS/SC - jul. 1999, NODARI, E.; PEDRO, J.M.; IOKOI, Z.M.G. (Orgs.). São Paulo: HUMANITAS/FFLCH/USP: ANPUH, 1999, v. I, p. 389-398.

_____. História da Historiografia brasileira: construção e permanências. In: SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). *Historiografia brasileira em debate: "olhares, recortes e tendências"*. São Paulo: HUMANITAS/FFLCH/USP, 2002, p. 25-43.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: da Escola Palatina ao Silogeu (1889-1938)*. Tese para Concurso de Professor Titular do Dep. História/IFCH/CCS/UERJ. Rio de Janeiro, 1999.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/Vértice, n.1, p. 5-27, 1988.

_____. De Paris ao Rio de Janeiro: a institucionalização da escrita da História. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p. 135-144, 1989.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LEBOVICS, Herman. *True France. The wars of cultural identity, 1900-1945*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1994.

MACHADO Neto, Luís Antonio. *Estrutura social da república das letras: sociologia da vida intelectual brasileira*. São Paulo: EDUSP; Grijalbo, 1973.

MATOS, Odilon Nogueira de. *Afonso de Taunay: historiador de São Paulo e do Brasil - perfil biográfico e ensaio bibliográfico*. São Paulo: USP/Fundo de Pesquisa do Museu Paulista, 1977.

MICELLI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo e Rio de Janeiro: Difusão Editora—DIFEL, 1979.

NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. I - La République. Paris: Gallimard, 1984.

GATHERCOLE, P.; LOWENTHAL, D. (Eds). *The politics of the past*. London and New York: Routledge, 2001.

RODRIGUES, José Honório. Afonso d'Escragnolle Taunay, 1876-1958. *The Hispanic American Historical Review*, Durham-NC, v. 38, n.3, p. 389-393, aug. 1958.

_____. Afonso Taunay e o revisionismo histórico. *Revista de História*, São Paulo, v. 17 n. 35, p.97-105, jul./set. 1958.

_____. *Taunay e a história do Brasil*. São Paulo, Gráfica Municipal, 1977.

Artigo apresentado em 11/2003.